



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

PRIMEIRA CÂMARA – SESSÃO DE 25/10/2016 – ITEM 63

TC-000468/026/14

Prefeitura Municipal: Mauá.

Exercício: 2014.

Prefeito: Donisete Pereira Braga.

Períodos: (01-01-14 a 17-04-14) e (28-04-14 a 31-12-14).

Substituto Legal: Presidente da Câmara – Paulo Sergio Soares.

Período: (18-04-14 a 27-04-14).

Advogados: Adriano Paciente Gonçalves (OAB/SP nº 312.932), Ana Claudia Falopa Guarizzo (OAB/SP nº 268.858), José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319) e outros.

Acompanham: TC-000468/126/14 e Expedientes: TC-000087/007/15, TC-006254/026/14, TC-008034/026/15, TC-018621/026/14, TC-027339/026/16, TC-029806/026/15 e TC-034096/026/14.

Procurador de Contas: Thiago Pinheiro Lima.

Fiscalizada por: GDF-6 - DSF-I.

Fiscalização atual: GDF-6 - DSF-I.

RELATÓRIO

Cuidam os autos do exame das contas da

Prefeitura Municipal de Mauá, relativas ao **exercício de 2014**.

Responsável pela fiscalização “in loco”, a 6ª Diretoria de Fiscalização – DF-6.1, após a verificação dos atos praticados, elaborou o relatório de fls. 90/156, consignando os apontamentos que seguem:

CONTROLE INTERNO – falta de elaboração dos relatórios periódicos, desatendendo ao disposto nos artigos 31 e 74 da Constituição Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

FISCALIZAÇÃO DE NATUREZA OPERACIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO – necessidade de implementação de melhorias no ensino público do Município, tanto na qualidade das instalações físicas quanto no aperfeiçoamento profissional dos professores.

APLICAÇÃO NO ENSINO – destinação de 26,10% das receitas de impostos ao ensino global; dos recursos advindos do FUNDEB aplicou 96,91% durante o exercício, sendo que por meio de conta bancária vinculada utilizou a parcela diferida no primeiro trimestre de 2015, em atendimento ao disposto no § 2º, do artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/97; empregou 65,05% da receita do aludido Fundo na valorização do magistério.

DESPESAS COM SAÚDE – em ações e serviços do segmento o Município aplicou 19,90%¹ da receita de impostos.

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – superávit de 0,27%; abertura de créditos adicionais e realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições correspondentes a 28,02% da Despesa Fixada.

¹ Percentual apurado considerados os ajustes da Fiscalização constantes do quadro demonstrativo de fl. 129.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

DÍVIDA DE CURTO PRAZO – ausência de liquidez em face dos compromissos dessa natureza.

DÍVIDA ATIVA – elevação de 10,74% no montante total da dívida, em relação ao ano anterior; ineficácia nos recebimentos, tendo em vista a redução de 47,68% no exercício.

DISPÊNDIOS COM PESSOAL – equivalentes a 31,53% da Receita Corrente Líquida.

SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS – ausência de apresentação das declarações de bens, nos termos da Lei Federal nº 8.429/92.

GASTO COM COMBUSTÍVEL – falta de comprovação da razoabilidade do consumo de combustível no exercício em exame.

ALMOXARIFADO – divergências entre os registros de controle do Setor e aqueles contidos nos demonstrativos contábeis.

BENS PATRIMONIAIS – ausência do levantamento geral de bens, conforme estabelece o artigo 96 da Lei Federal nº 4.320/64; falta de contabilização dos valores correspondentes ao acervo de iluminação pública, cuja transferência para o Município já foi efetivada; necessidade de reavaliação dos bens imóveis pertencentes ao Município.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO – descumprimento; desatendimento ao disposto no artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, deixando de publicar as justificativas pelo descumprimento da ordem cronológica das exigibilidades.

FALHAS DE INSTRUÇÃO – inobservância do disposto no artigo 51 da Lei nº 8.666/93, no que se refere à composição da Comissão Julgadora; procedimentos adotados na licitação para aquisição de material escolar prejudiciais à competitividade e contrários à jurisprudência da Corte; aplicação inadequada do disposto na Lei Complementar nº 123/06; ausência de comprovação da publicação do extrato do contrato, em detrimento ao disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93; contratação de empresa constante de relação de apenados no TCESP.

CONTRATOS – falta de renegociação de contratos com empresas beneficiadas pela isenção do recolhimento patronal ao INSS (20% da folha salarial).

LIVROS E REGISTROS – ausência de registros contábeis quanto a valores a receber judicialmente da Fazenda Estadual; falta de registros correspondentes aos bens patrimoniais inerentes à iluminação pública repassados ao Município.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

FIDELIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP – divergências nos dados correspondentes à suplementação orçamentária.

ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL – atrasos no envio de informações através do Sistema Audeps, assim como na prestação de contas anual de concessão de serviços públicos.

Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais foram fixados pela Lei Municipal nº 4786/12.

De acordo com a Fiscalização, não ocorreram pagamentos a maior do que os estabelecidos durante o exercício.

Regularmente notificado (fl. 164), o Chefe do Executivo, por seus advogados, apresentou as justificativas inseridas às fls. 257/299, acompanhadas dos documentos de fls. 300/374.

Sob o enfoque econômico, Assessoria de ATJ anotou: a diminuição da negatividade financeira em relação ao ano anterior, especialmente em razão do superávit da execução orçamentária; déficit financeiro representativo de menos de um mês de arrecadação; diminuição dos estoques das Dívidas de Curto e de Longo Prazo, assim como a boa ordem no pagamento dos precatórios, concluindo, diante de tais indicadores, no sentido da



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

aprovação das contas, com proposta de recomendação acerca da necessidade de observância do limite para abertura de créditos adicionais e demais alterações orçamentárias.

Na visão jurídica, destacou o cumprimento dos principais índices norteadores da gestão (Ensino, Pessoal, Saúde e Transferências à Câmara) e manifestou-se pela emissão de parecer favorável, sem embargo de sugerir alguns alertas à Administração.

Tais pronunciamentos contaram com o aval da Chefia de ATJ.

O d. MPC, por seu turno, anotou que o déficit financeiro, o baixo índice de liquidez imediata e o insuficiente esforço para arrecadação dos créditos da Dívida Ativa constituem irregularidades motivadoras da emissão de parecer desfavorável, sugerindo, ainda, recomendações e proposta de formação de autos próprios para o exame do Pregão nº 135/2014 (item C.1.1).

Subsidiou o exame dos presentes autos o Acessório nº 01, TC-468/126/14, versando sobre o Acompanhamento da Gestão Fiscal.

Também acompanharam a análise deste feito os expedientes a seguir elencados:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

- TC-06254/026/14 - a 1ª Vara do Trabalho de Mauá encaminhou cópia da sentença proferida nos autos de Reclamação Trabalhista movida em face do Município de Mauá, da Cooperativa Brasileira dos Trabalhadores na Área da Saúde - COOBASA e do IBDPH - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Pessoa Humana, para conhecimento e eventuais providências desta Corte.

- TC-18621/026/14 - município de Mauá comunicou possíveis irregularidades cometidas no âmbito do Executivo, no que concerne à contratação da empresa de ônibus Suzantur, em caráter emergencial, para prestação de serviços de transporte coletivo.

- TC-34096/026/14 - o Corregedor Geral da Secretaria de Assuntos Jurídicos da Prefeitura de Mauá, Adriano Paciente Gonçalves, encaminhou documentos referentes à prestação de contas do Contrato de Concessão de Serviços Públicos nº 01/2011 firmado com a empresa CelloPark Estacionamentos Ltda., compreendendo o período de 01/04/2013 a 31/03/20.

- TC-087/007/15 - Marfvale Comércio e Representação de Móveis para Escritório Ltda. EPP, por seu representante legal, Frederico C. Guratti, solicitou providências desta



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

Corte para fins da efetivação do pagamento correspondente às notas fiscais nº 3015 e 3121, vencidas respectivamente em 21/10/2014 e 10/12/2014.

- TC-08034/026/15 - Eduardo Coutinho Guerra, Subsecretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, encaminha cópia de Ofício nº 386/20155 noticiando a regularização do instrumento de Contrato de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito firmado entre o Executivo de Mauá e Petrobrás Distribuidora S.A., através do processo nº 17944.001040/2014-15, referente aos serviços de pavimentação executados no Município.

Tais protocolados foram tratados no item D.4. - Denúncias, Representações e Expedientes do Relatório da Fiscalização (fls. 150/152).

Anoto, ainda, a existência do expediente TC-29806/026/15, cuidando do envio de cópia da sentença proferida nos autos do TC-699/026/11, que abrigou o Balanço Geral de 2011² do SAMA - Saneamento Básico do Município de Mauá.

Ao final da instrução, o Prefeito, por sua advogada, obteve vista dos autos (fl. 395).

² Contas julgadas regulares com ressalva, publicação no DOE de 09/07/2015.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

Posteriormente, apresentou Memoriais acompanhados de documentos, em reforço aos argumentos deduzidos com relação à Execução Financeira e Orçamentária e à Dívida Ativa, sem inovações.

Este é o relatório.

s



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

VOTO

A gestão da **Prefeitura Municipal de Mauá**, relativa ao **exercício de 2014**, apresentou os seguintes resultados:

ITENS	RESULTADOS
Ensino	26,10%
FUNDEB	100%
Magistério	65,05%
Pessoal	31,57%
Saúde	19,90%
Transferências ao Legislativo	4,83%
Execução Orçamentária	Superávit = 0,27% - R\$ 1.990.546,89
Resultado Financeiro	Negativo = R\$ 31.424.353,22 - relevado
Remuneração dos Agentes Políticos	Regular
Ordem Cronológica de Pagamentos	Regular
Precatórios	Regular
Encargos Sociais	Regular

As contas do Executivo de Mauá revelaram a observância de aspectos de crucial importância no exame das contas, haja vista o cumprimento dos mandamentos constitucionais relativos às Despesas com Saúde; Aplicação dos Recursos no Ensino Global, Magistério e FUNDEB; Gastos com Pessoal; Transferências de Recursos à Câmara Municipal; e Pagamento dos Subsídios aos Agentes Políticos.

Respeitadamente às críticas formuladas pela Fiscalização no item Ensino, relativamente ao aspecto operacional das



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

Unidades Escolares, cabe recomendação ao Administrador no sentido da necessidade de implementação de melhorias na qualidade das instalações físicas das escolas, assim como de mecanismos de aperfeiçoamento dos professores da rede municipal, com forte atuação junto ao Plano de Carreira e Remuneração do Magistério.

Relativamente aos Precatórios, o Município em 2014 depositou a quantia de R\$ 24.775.924,15 em conta vinculada do TJ/SP, em cumprimento aos termos da Emenda Constitucional nº 62/09. Saldou, ainda, a totalidade dos requisitórios de baixa monta incidentes no exercício e procedeu ao correto registro das pendências judiciais no Balanço Patrimonial (fl. 131).

Quanto aos aspectos de ordem econômica, oportuno inicialmente registrar que a execução do orçamento evidenciou superávit de 0,27%, correspondente a R\$ 1.990.546,89.

A despeito da ocorrência de resultado financeiro negativo, houve significativa diminuição da negatividade (61,96%), de R\$ 82.600.489,47 para R\$ 31.424.353,22 – fl. 121, quando comparada ao exercício pretérito, situação alcançada também em razão do referido superávit no orçamento.

Sob o olhar atento da Assessoria abalizada de ATJ, mencionado resultado financeiro encontra-se em patamar



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

considerado administrável e sem reflexos significativos para o exercício seguinte, em razão de representar 4,01% da Receita Corrente Líquida³, ou seja, equivalente a menos que um mês de arrecadação do Município, motivo pelo qual merece ser relevado.

Mais que isso, observou que o índice de liquidez imediata (0,71%) não se distanciou em demasia de 1,00 (*posição estática que pode ser modificada no exercício subsequente*), não vislumbrando óbices capazes de inquinar os demonstrativos.

A reforçar o empenho da Administração na busca do equilíbrio de suas contas, ressalte-se, também, a reversão integral da negatividade apresentada no resultado econômico apurado em 2013 (-R\$ 9.544.584,19), que agora se apresenta positivo em R\$ 198.417.949,82.

Efetivamente, observo que os resultados obtidos no exercício em apreço não ocasionaram efeitos potencialmente prejudiciais para o exercício imediatamente posterior (TC-2560/026/15), na medida em que informações colhidas do relatório elaborado pelo Órgão Fiscalizador dão conta de que a Administração manteve resultado superavitário da execução orçamentária,

³ R\$ 783.310.525,43/ 12 meses = R\$ 65.275.877,11 (fl.124).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

constatando, ainda, a reversão do resultado financeiro negativo apurado em 2014 para positivo em R\$ 4.912.226,20.

Tal panorama indubitavelmente vem a corroborar a análise favorável procedida em relação aos demonstrativos contábeis da Municipalidade.

Por derradeiro, tenho que as alegações de defesa ofertadas pela origem anunciaram a adoção de providências satisfatórias quanto aos tópicos: Controle Interno; Fiscalização de Natureza Operacional do Ensino; Dívida Ativa; Subsídios dos Agentes Políticos; Falhas de Instrução; e Livros e Registros; bem como justificaram as impropriedades relacionadas à: Execução Orçamentária; Dívida de Curto Prazo; Gastos com Combustíveis; Almoxarifado; Bens Patrimoniais; Ordem Cronológica de Pagamentos; Contratos; e Atendimento às Instruções e Recomendações do Tribunal. Necessárias, tão somente, algumas recomendações com vistas a coibir eventuais reincidências.

Em face de todo o exposto e acolhendo as manifestações de ATJ, Unidades Econômica, Jurídica e Chefia, **voto pela emissão de parecer favorável às contas da Prefeitura Municipal de Mauá, relativas ao exercício de 2014, excetuados os atos pendentes de julgamento pelo Tribunal.**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

À margem do voto e mediante ofício, recomenda-se ao Administrador o que segue: cumpra fielmente os preceitos da Lei nº 8.666/93, nas futuras licitações e contratos levados a efeito; implemente medidas para melhoria na qualidade das instalações físicas das Unidades Escolares, assim como quanto ao aperfeiçoamento dos professores da rede municipal; aperfeiçoe o controle do consumo de combustíveis; estabeleça limite para abertura de créditos adicionais e transferências, remanejamentos e transposições, condicionando-o à inflação projetada para o período, de acordo com o Comunicado SDG nº 29/10; busque o equilíbrio orçamentário e financeiro, nos moldes preconizados na Lei de Responsabilidade Fiscal; e obedeça às Instruções nº 02/08, no que concerne ao envio de documentos a este Tribunal.

Arquivem-se os protocolados TCs-6254/026/14, 18621/026/14, 34096/026/14, 087/007/15 e 8034/026/15, uma vez que os assuntos neles contidos foram tratados em item específico do laudo da Fiscalização.

O expediente TC-29806/026/15 também deverá seguir ao Arquivo, tendo em vista a ausência de reflexos nos presentes demonstrativos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

Caberá à DF-6.1 verificar a efetiva adoção das providências anunciadas nas razões de defesa sobre os itens: Controle Interno; Fiscalização de Natureza Operacional do Ensino; Dívida Ativa; Subsídios dos Agentes Políticos; Falhas de Instrução; e Livros e Registros.

RENATO MARTINS COSTA
Conselheiro